



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

EDUCAÇÃO, CULTURA E DEMOCRACIA: REFLEXÕES SOBRE O SENTIDO DA ESCOLA¹

Daniella Lopes de Souza Machado²

Resumo Procura-se refletir, nesse artigo, sobre as transformações históricas, a racionalização e a secularização cultural, bem como as implicações desse movimento no desenvolvimento da sociedade e suas instituições, especialmente a escola moderna, que se transforma em meio utilitarista para as demandas econômicas. Com os avanços, a partir da Modernidade, no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a escola passa a atender as demandas do mercado, atuando tal qual as organizações, preocupadas com resultados e avaliações, esquecendo-se do sentido, a formação humana. Ao atuar de forma instituída, torna-se um serviço ao qual se atribui valor e que se oferece apenas para alguns. Dessa forma, apresenta-se a concepção da democracia como maneira de existir, permitindo compreender os equívocos presentes na sociedade neoliberal que promete igualdade de oportunidades, mas atua por meio da exclusão de direitos fundamentais. A partir do estudo realizado, reconhece-se como indispensável evidenciar a origem e o sentido de ser da educação e da escola, que comprometida com a formação intelectual visa a superação do instituído, ampliando as possibilidades de pensamento, a liberdade e a criatividade.

Palavras-chave: Educação. Escola. Democracia. Formação Humana.

INTRODUÇÃO

Esse artigo pretende refletir sobre o conceito de democracia e sua relação com a educação, em especial, a educação escolar, assim como sua relação com a cultura. Propõe-se tanto o conceito amplo da democracia, como esforça-se por compreender o contexto brasileiro, no que se refere a cultura e a educação, e, ainda, as dificuldades de sua realização. Em seguida, busca-se mostrar o conceito de secularização e sua importância na organização do Estado, bem como os entraves que dificultam os avanços em termos culturais e políticos.

Essas análises fazem-se necessárias, pois a questão democrática precisa ser reforçada e construída constantemente, principalmente quando se considera a crescente onda conservadora nas diferentes instâncias da sociedade. No Brasil, especificamente, tem sido constante os escândalos envolvendo o Estado e suas instituições que, influenciadas por concepções religiosas, buscam retroceder em um tempo considerado bom e correto, negando ou retirando direitos, dificultando os avanços culturais e a humanização. A educação e a escola, nesse contexto, tornam-se alvo e disputa de projetos sociais e políticos que as distanciam de seu sentido de ser: a formação humana.

¹ Esse texto faz parte das reflexões realizadas no trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás no mês de fevereiro de 2023.

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Estadual de Goiás – Unu Inhumas, graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás. Professora efetiva na Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF). E-mail: daniellalopesdesouza@gmail.com



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

METODOLOGIA

É uma pesquisa teórica de caráter histórico e filosófico que se fundamenta no estudo bibliográfico sobre o tema, tais como Chauí (2002; 2006; 2014; 2021), Coêlho (2009; 2012; 2016), Cunha (1978; 2005; 2016; 2022), Almeida (2013; 2019), entre outros.

Como afirma Ulhôa (1997) a leitura filosófica, como objeto de reflexão, torna-se uma problemática, pois imergir nos textos filosóficos, compreender a intencionalidade que, por tão distante em relação aos períodos e contextos, exigem-nos um olhar também filosófico para os conceitos, para que seja possível enxergar e compreender uma

‘razão’ a que não estamos habituados, [...] para o qual a secular tradição cartesiana nos tornou cegos, com o fascínio exercido pelo positivismo e a difusão do racionalismo moderno através dos métodos das ciências físicas e matemáticas. [...] o discurso filosófico, pois, revela a realidade, mostrando o que ela é sob a aparência das representações, o que implica, em última análise, que lhe compete denunciar as formações ingênuas ou falsas de representações dessa realidade, e, conseqüentemente, autojustificar-se vale dizer, fundamentar sua própria verdade através de uma ordem de razões convincente – e é nisso que reside a radicalidade (ULHÔA, 1997, p. 10 - 19).

O desafio se encontra, pois, em refletir sobre um determinado fenômeno, através do encontro e diálogo com os filósofos, colocando-se diante desses textos com um olhar fenomenológico, a fim de compreender a origem e o fundamento dos fatos e das coisas, como elas se manifestam e o porquê dessas manifestações, buscando as implicações e relações entre elas. Destaca-se, ainda, que na era da disseminação de notícias falsas e da comunicação em rede proporcionada pela tecnologia, bem como a desvalorização e negação do conhecimento científico e acadêmico, o texto e a leitura filosófica tornam-se de fundamental importância, ainda que difícil, pois possibilita o movimento reflexivo para elucidação e desvelamento da realidade.

ler não é apenas descobrir falhas, tomando por ‘dada’ a ‘pobreza’ de um discurso, mas buscar a gênese, e as condições de tal ‘pobreza’, pois é talvez nos silêncios dos escritos que iremos descobrir a verdadeira natureza da textura da realidade que o discurso pretende revelar. O discurso do filósofo, repetindo, não cria a realidade; apenas tenta revelá-la no que ela é, sendo nisso que ela apoia a sua radicalidade e sua especificidade. E revelá-la não significa descrevê-la na forma como ela se dá, mas buscar traduzi-la num sistema coerente de ideias que constituem conceitos dos



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



elementos constitutivos do real visto pelo filósofo (ULHÔA, 1997, p. 21).

Ler, refletir sobre a educação numa compreensão filosófica, exige enfrentamento e busca constante da verdade, da origem dos fatos, do sentido de ser dos fenômenos, que já puderam ser observados e resolvidos pelos filósofos. Fernandes (2020) esclarece sobre esse aspecto que, não se trata de simples repetição histórica e conceitual, mas de olhar para a origem, para o passado, num exercício reflexivo com intuito de responder o presente, e com “empenho atual de criação, ou seja, da passagem do não ser para o ser, respondendo ao apelo silencioso que o porvir, fonte inesgotável de novidade, faz a nós, homens, seres da temporalidade” (FERNANDES, 2020, p. 95). Isso pode ampliar as possibilidades educacionais e levar à superação de posicionamentos e teorias enrijecidas, fechadas a lógicas e razões científicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora democracia seja um conceito milenar, ainda é pouco compreendida, encontrando-se em constante desenvolvimento e construção. Chauí (2000, p. 557) afirma que há em curso uma redução de seu sentido, uma vez que a compreendem como “regime político eficaz, baseado na ideia de cidadania organizada em partidos políticos” e manifesta a partir de três características apresentadas pela autora. A primeira é a realização de processo eleitoral para escolha de representantes políticos; a segunda, a mudança dos governantes realizada por meio do voto; a terceira característica consiste nas soluções dadas, de forma técnica, para os problemas socioeconômicos. Quando essas características estão presentes, acredita-se que há, por consequência, a consolidação da democracia.

Laval (2021, p.23), igualmente, afirma que se trata de uma concepção “minimalista” de democracia, quando concebida pela simples existência de eleições, em que os eleitores acreditam sair da “passividade” mediante escolha de um representante sem que, verdadeiramente, exista qualquer forma de controle e consciência por parte desse sujeito sobre as decisões que serão tomadas por seus escolhidos ao assumirem as posições de poder. Todavia, a democracia ultrapassa essa compreensão se fazendo necessário questionar: o que é e qual é a importância da democracia? Qual a relação existente entre democracia, educação e escola? Por que devemos discuti-la?



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



A palavra democracia tem origem grega e significa *demos*: o povo, e, *kratós*: o poder, portanto, poder popular. É um sentido mais amplo e filosófico, de uma forma de vida social em que o povo exerce sua soberania e cidadania por meio da participação ativa na criação de leis e regras, na igualdade perante os direitos sociais. Nesse sentido compreende-se por democracia, conforme os gregos, o direito dos cidadãos a,

discussões e deliberações públicas da polis, votando ou revogando decisões. Esse direito possuía um significado muito preciso. Nele afirmava-se que, do ponto de vista político, todos os cidadãos têm competência para opinar e decidir, pois a política não é uma questão técnica (eficácia administrativa e militar) nem científica (conhecimentos especializados sobre administração e guerra), mas ação coletiva, isto é, decisão coletiva quanto aos interesses e direitos da própria polis (CHAUÍ, 2000, p. 560).

Esse é o conceito de democracia que se propõe pensar, e não sobre aspectos e formas políticas de governo, mas a forma de ser e organizar-se socialmente, por meio da vivência da dialética na definição de ações decididas coletivamente, o exercício pleno da cidadania, que não se submete ao poder conferido a alguns e a interesses e privilégios particularistas de uma determinada classe social. Esses são princípios, também, constitutivos da educação que “só tem sentido se estiver ancorada num ideal e num projeto de soberania popular” (LAVAL, 2021 p. 25), cujo propósito seja a formação do ser humano que faz escolhas por si mesmo, mas com vistas ao Bem comum e à liberdade do pensar, do ser e do agir.

Em sua gênese filosófico-histórica, ao refletir sobre o surgimento da democracia no contexto ateniense da Grécia Antiga, observa-se a prática do debate e a transparência das ações, de forma que a organização social é pensada para o do Bem comum e pela igualdade de direitos. Conforme Almeida (2013, p. 21), “A *pólis* não mais se submete ao monarca, e sim vivencia processos dialéticos que demonstram caráter de retidão às ações debatidas e definidas na praça pública. A cidade se organiza a partir do interesse comum dos seus cidadãos”, considerando-se todos igualmente livres. Importante destacar a especificidade da democracia ateniense que

não aceita que, na política, alguns possam mais que outros (exclui, portanto, a oligarquia, isto é, o poder de alguns sobre todos); e não aceita que alguns julguem saber mais do que os outros e por isso ter direito de, sozinhos, exercer o poder. Desse modo, exclui da política a ideia de competência ou de tecnocracia. Na política, todos são iguais, todos têm os mesmos direitos e deveres, todos são competentes. Assim, por exemplo, a discussão sobre a entrada ou a saída de Atenas numa guerra era feita por todos os cidadãos em assembleia. Se decidida a entrada na guerra, então e somente



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

então, os especialistas ou técnicos eram chamados a opinar segundo suas competências próprias: os carpinteiros e armadores, para decidir sobre os melhores navios; os capitães, para decidir sobre o melhor momento para partir (ventos, marés, posição dos astros que guiam os marinheiros);[...] Numa palavra, os técnicos apresentavam suas competências depois e não antes de tomada a decisão política, pois esta era tomada pelos iguais, todos os cidadãos. A democracia não admitia a confusão entre a dignidade política, que era de todos, e a competência técnica, que se distribuía segundo a especialidade de cada um (CHAUÍ, 2002, p. 170 -171).

Já na sociedade neoliberal, a vida se organiza a partir da ideia de burocratização e organização, ou seja, grande hierarquização e autoridade de determinadas posições ocupadas por quem está apto e possui a competência para comandar aqueles que executam uma atividade ou ordem. Nessa sociedade, não há espaço para a igualdade de todos em relação as leis (*isonomia*) e em relação a liberdade de expressão (*isegoria*) de direito à fala, à participação na criação das leis e das regras, dos saberes, mas apenas o especialista detentor do conhecimento cientificista possui tal direito (CHAUÍ, 2002; 2014).

Importante mostrar a relação que Chauí (2002; 2014) estabelece entre democracia e o direito à livre expressão, à fala, que consiste na participação e elaboração do saber e na criação das normas sociais e legais. Isso porque, há no Brasil, especialmente a partir do ano de 2016, um discurso de negação do conhecimento científico em vista do discurso do engodo, denominado *fake news*, em que se constrói explicações sem fundamentação científica, muitas vezes absurdas e já invalidadas, mas movidas pela fé ou por paixão, que interferem e influenciam de algum modo a vida das pessoas. Fernandes (2020, p.109), ao referenciar os gregos, afirma que o homem se faz na medida em que busca desvelar a realidade, sendo a verdade, “uma determinação essencial do existir humano”, um caminho para sua libertação. Todavia,

o homem pode se deixar enganar pela aparência. No engano, as coisas aparecem de outro modo, diferentemente do que elas são. Na mera aparência o aparecer dá-se deslocado do ser. Seguindo tal aparência, o homem se torna, por sua vez, tresloucado, desatinado. [...] A opinião pode, mas não precisa ser falsa. No engano se toma o ser pelo não-ser e o não ser pelo ser. [...] toma-se algo por aquilo que ele não é. Nisso, acontece encobrimento, no sentido de deslocamento (tomar uma coisa em vez de outra) e de distorção (deformação). [...] Os gregos fizeram desde cedo a experiência do poder da aparência. Experimentaram que o ser se dá sempre no aparecer. Mas também fizeram a experiência de que, não raro, o aparecer encobre, desloca, distorce e deturpa o ser. A verdade é, neste sentido, sempre uma tarefa: a de arrancar o ser ao aparecer encobridor, deslocador, deturpador (FERNANDES, 2020, p. 111).



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



O discurso encobridor, do engodo, ganha espaço no anti-academicismo que pretende colocar-se como direito ao livre pensamento de ideias e de questionamento das coisas do mundo, mas que na verdade, por meio da imposição de uma visão de mundo, do conhecimento cientificista, cuja “ciência é factualmente constituída” (*Idem*, p.112), apenas fundamenta movimentos anti-democráticos e anti-seculares. Isso corrobora, ainda, na tentativa de sucateamento das instituições de pesquisa e formação, pois afirma-se que não se pode destinar recursos financeiros para órgãos que não trariam benefícios imediatos e práticos para a população, justificando-se, por consequência, a privatização desses setores públicos, algo que vai na contramão da democratização da cultura, do saber e do ensino em seus diferentes níveis.

A concepção democrática, fenomenológica e científica, não busca validação para um pré-conceito ou uma visão ideológica do mundo, do ser e dos objetos, mas se coloca em “atitude respeitosa e conflitante” (*Idem*, p. 119), pois os conflitos são próprios da construção democrática da realidade, não na direção do encobrimento e desconfiguração da verdade, mas pela procura de explicação e compreensão do que se mostra, “parte das coisas e de suas manifestações para ir além delas e chegar à essência, ao eidos, [...] esse movimento do pensamento não nega a existência do mundo, ao contrário o considera, pondo-o entre parênteses” (ALMEIDA, 2019, p. 29-34). Ato intencional de lançar-se rumo a conscientização, portanto possibilidade de emancipação.

Ao estabelecer relações da democracia com os direitos do cidadão, de liberdade, igualdade e de justiça, com acesso tanto aos bens culturais quanto aos serviços básicos à sua existência plena, compreende-se a questão da educação e da escola como um direito, e mais ainda, se entendida em sua magnitude, estaria não a serviço da manutenção de direitos, mas como local de crítica, questionamento, de exercício da cidadania. Contudo, na sociedade da burocratização, e, principalmente, no contexto brasileiro, fortemente marcado por essa racionalidade, somente alguns são autorizados a saber e a produzir o conhecimento, o saber que se valoriza. Além disso, o que ocorre, diante dessa divisão social, é uma falsa democracia, ou uma democracia somente para aqueles que possuem poder e riqueza, pois, conforme Cunha (2005, p.19) “tratar de democracia no Brasil é uma atividade que remete mais ao plano das



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

esperanças do que ao das realizações”. Aos pobres e excluídos exige-se constantes lutas, para que sua cidadania seja efetivamente exercida em todos os âmbitos.

As lutas e conflitos são características de sociedades democráticas, justamente por abrirem espaço para a ampliação ou criação e garantia ou conservação de direitos, consideradas “o coração da democracia” (CHAUÍ, 2021, p. 33), mas nem todas elas, mesmo com tais condições, podem ser consideradas democráticas, haja vista que uma sociedade pode ser assim reconhecida, quando, para além de interesses e privilégios, atende a todos, maioria e minoria, algo muito difícil em contexto neoliberal. Desse modo, pode-se afirmar que ela não é estática, mas instituinte, sempre em movimento, conforme a própria dinâmica social e histórica, que se faz e refaz continuamente, possibilitando avanços, mas também retrocessos.

O caso brasileiro, com seu histórico de colonização e escravidão tardiamente finalizada, carrega ainda marcas profundas da discriminação e exclusão social. Segundo Chauí (2021, p. 34), o Brasil é uma sociedade “colonial escravista, patriarcal e patrimonialista”, que consolida os direitos a partir dos interesses de uma minoria historicamente privilegiada, detentora do poder, ou de alguns grupos que se articulam em favor de suas próprias necessidades e crenças. Acredita-se, nesse contexto, que a cidadania é um privilégio e não um direito, e difunde-se a ideia de que a existência dos três poderes republicanos, da realização de eleições e da liberdade de pensamento caracterizam a sociedade democrática, e ainda que, só há regime autoritário quando o Estado é ocupado e comandado por meio de golpe com apoio da força militar, extinguindo o poder judiciário, o legislativo e os partidos, pela forte repressão e perseguição devido a posicionamentos e opiniões políticas.

Todavia, para além da descrição acima, a sociedade brasileira é acometida pelo autoritarismo mesmo se declarando democrática e possuindo os órgãos políticos, jurídicos e administrativos, pois se estabelece pela divisão social, pela individualização, competição e exploração de uns sobre os outros. A liberdade e igualdade, nesse caso, é pautada pelos princípios neoliberais, de livre concorrência, segundo a ideologia de que todos são igualmente capazes de assumir determinado posto ou classe social desde que se esforce para isso, aqueles que não alcançam êxito nesse empreendimento, não são competentes, reforçando a ideia do mérito e do esforço pessoal. Acrescente-se a isso, o fato de ser uma nação marcada pelo



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

racismo, machismo, discriminação religiosa e de classe social, desigualdades econômicas das maiores do mundo, exclusões culturais e políticas. Não há percepção nem prática do direito à liberdade. O autoritarismo social e as desigualdades econômicas fazem com que a sociedade brasileira esteja polarizada entre as carências das camadas populares e os interesses das classes abastadas e dominantes, sem conseguir ultrapassar carências e interesses e alcançar a esfera dos direitos (CHAUÍ, 2000, p. 564).

Nesse sentido, cabe questionar, quais são, especificamente, as características de uma sociedade democrática? E, porque o neoliberalismo deve ser compreendido como empecilho à prática da cidadania? Segundo Chauí (2006; 2021) se por um lado a Revolução Francesa, no século XVIII, possibilitou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, frente ao cenário de dominação religiosa e aristocrática, e o retorno das ideias de república e democracia, por outro, deu origem ao que se conhece como democracia liberal, que a reconhece como regime de governo. Diante disso, a autora elenca algumas importantes características que conferem sentido à democracia como forma de sociedade. A primeira, é a legitimidade do conflito, sendo considerado o único regime político cuja vitalidade advém das lutas e embates. A segunda, apoia-se na ideia de criação de direitos, que faz emergir novos sujeitos políticos, portanto, contrária aos privilégios. A terceira, consiste no fato de que a democracia não se limita a determinada esfera social, geralmente onde há realização de política, mas consiste em vivência e prática de um modo de existir coletivamente. A quarta, é a distinção entre o poder do povo e do governo, sendo o primeiro dos cidadãos e o segundo uma representação desse poder, não há assim sua apropriação. Por fim, trata-se de uma prática social repleta de problemas, e que suas soluções direcionam para novos problemas e lutas, o que a faz sempre aberta ao próprio movimento histórico e social.

Tais características mostram a dificuldade de estabelecer-se como modo de existir em meio a violência das sociedades capitalistas neoliberais, principalmente, no caso brasileiro, que se configura como sociedade autoritária que não apenas luta contra as carências de serviços considerados indispensáveis à vida digna, mas também contra os privilégios visíveis e invisíveis que uma parcela, considerada cidadã, desfruta. Os privilégios são facilmente justificados e afirmados pelos princípios liberais, cujo discurso é democrático, mas que negam os direitos à cultura, à educação escolar, à saúde, à segurança, à vida digna. Esses direitos, passam a ser encarados como serviços e privilégio para quem pode adquirir, pagando o preço que lhe é



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

atribuído. Assim, observa-se que não há efetivamente, uma sociedade considerada democrática, mas uma pequena parcela detentora do poder que o exerce a partir de seus interesses de classes. A destruição provocada pelo neoliberalismo, não se restringe às

regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15).

A sociedade brasileira padece e distancia-se da vivência democrática, principalmente, pela extrema violência provocada pelo neoliberalismo, que atua aniquilando a existência do homem-humano, retirando-lhe a possibilidade de superar sua condição nesse mundo, fomenta o indivíduo, o *coaching*³, que busca seu sucesso e seu enriquecimento, independente das consequências de seus atos. Reinventa-se constantemente, produz cada vez mais a desumanização, à medida que,

as diferenças e assimetrias sociais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas em relação de hierarquia, mando e obediência. Os indivíduos se distribuem imediatamente em superiores e inferiores, ainda que alguém superior numa relação possa tornar-se inferior em outras, dependendo dos códigos de hierarquização que regem as relações sociais e pessoais. Todas as relações tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão e do favor. Isso significa que as pessoas

³Não há um consenso sobre o conceito de *coaching*, e, existe diferentes definições para esse termo. No entanto, de forma geral, pode ser compreendido como “um processo de desenvolvimento de competências, uma metodologia para aprimoramento de pessoas” (SANTOS, 2020, p.3) Pode ser entendido, ainda, como “um relacionamento de ajuda entre um executivo e um profissional (*coach*) externo. O propósito do relacionamento é facilitar o desejo do executivo (*coachee*) de atingir metas relacionadas com o desenvolvimento profissional e essencialmente, com o resultado da organização” (SZTUCINSKI *apud* SANTOS, 2020, p. 4).

Nessa perspectiva, a entrevista à revista Exame, do filósofo e professor Svend Brinkmann, da Universidade de Alborg na Dinamarca, possibilita compreender a problemática sobre o *coaching*. Ele afirma que “parte da indústria da autoajuda só contribui para reforçar o problema que ela própria diz combater: a infelicidade causada pelo individualismo e pelo desinteresse em soluções coletivas” assim, o filósofo faz um “diagnóstico parecido sobre o efeito do *coaching* para o mundo do trabalho” pois, “o próprio conceito de *coach* [“treinador”, em inglês] que vem do mundo dos esportes, pressupõe que você está competindo com os demais para vencer o jogo. Há um perigo em enxergar a vida como uma partida em que há vencedores e perdedores”. Embora não negue que a autoajuda possa, muitas vezes, possibilitar uma melhor relação do humano com si e com seus pares, alerta para a cilada que se encontra na ideia de felicidade como escolha e responsabilidade exclusivamente individual. Isso porque, “quando as pessoas fracassam – o que acontece com qualquer ser humano – elas se enxergam como as únicas responsáveis pela própria derrota. Elas se sentem culpadas por algo que não estava sob seu controle. A autoajuda é um sintoma de um outro problema, subterrâneo, mais grave, que é o individualismo. As pessoas se sentem desligadas umas das outras, completamente sozinhas, quando acreditam que podem atingir seus objetivos de vida, por conta própria” seguindo fórmulas e etapas para o sucesso, consideradas igualmente e válidas para todos. (BRINKMANN, 2018).



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

não são vistas, de um lado, como sujeito autônomo e iguais, e, de outro, como cidadãs e, portanto, como portadoras de direitos (CHAUÍ, 2020, p. 51).

Para além de autoritário, o neoliberalismo marca de forma extremamente violenta a história da humanidade por ser “a nova forma do totalitarismo” (CHAUÍ, 2021, p.38), que atua a partir da recusa às diferenças, buscando a homogeneidade e o padrão de culturas, crenças, comportamentos e pensamento. É considerada nova, conforme a autora, porque nas formas anteriores o que ocorria era a estatização da sociedade, agora, o que se objetiva é o inverso, a transformação de todas as esferas sociais e políticas em organizações – empresas, que devem ser administradas visando o mercado e o lucro. O próprio ser humano é visto como um empreendedor – competidor.

A agenda neoliberal atua massacrando os direitos do cidadão, e impedindo a construção de uma sociedade justa, livre e democrática, impedindo os avanços no campo dos direitos sociais, anulando tanto os sujeitos coletivos, detentores de direitos, quanto as subjetividades e a noção de alteridade (DARDOT, LAVAL, 2016; CHAUÍ, 2020, 2021; COÊLHO, 2012). Atua, ainda, produzindo uma nova maneira de se relacionar pautada pela concorrência, disputa e individualismo em lugar da solidariedade, em que, a todo momento busca-se aproveitar das oportunidades para tornar-se bem-sucedido. O Bem comum não é mais uma luta pela qual as pessoas se envolvam, pelo contrário, será uma busca pessoal de satisfação de suas necessidades, uma busca constante por privilégios e poder (ao invés da luta pelos direitos) que no máximo estende-se aos pares de convivência. Chauí (2020; 2021) esclarece que, um privilégio e uma carência, por serem particulares, jamais podem consolidar-se como direito, pois esse possui uma dimensão mais ampla, é universal, e, portanto, válido para todos, independe de sua classe ou grupo social.

A autora enfatiza que “a questão da lei é a da justiça” (2012, p.158), trata-se de um valor, logo é participável, mas não partilhável⁴ e que, igualar os desiguais é uma questão de

⁴ Chauí (2014) fundamenta-se na noção de fundação política proposta por Aristóteles, que distingue a ideia de partilhável e participável, ponto em que ela chama a atenção para a importância desse pensamento, “aquilo que se oferece como questão filosófica da democracia: o fato de a cidade democrática não se definir pela igualdade (isto deve definir toda cidade justa no partilhável), mas pela liberdade, isto é os homens da cidade democrática são tidos como iguais (para participar do poder) porque são livres. Também é de extrema importância na reflexão aristotélica o fato de que a medida do partilhável depende daquilo “que a cidade requer para permanecer coesa, porque o partilhável concerne aos que participam da cidade”. Isto significa que a forma da justiça social (o que a cidade requer para permanecer coesa) depende, em última instância, da forma de justiça política (os que participam da



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



justiça. Somente por meio da igualdade de direitos, pela participação de todos nas decisões sociais e políticas que pode se concretizar e se estabelecer a democracia. A sua consolidação depende, ainda, da liberdade, pois somente por meio do seu exercício que se pode lutar contra as formas de exclusão e dominação que aprisionam e escravizam o ser humano a uma condição desumana de existência. Ser homem é ser livre e saber-se livre, “a liberdade não é privilégio, ou mesmo algo a se conquistar, ela se constitui no Para-si⁵, é a razão de sua existência. O homem não escolhe ser livre está condenado a ser livre” (ALMEIDA, 2019, p. 55-56), exigindo compromisso ético e político. É consciência, de si, do mundo, das relações entre o ser e o mundo. É o exercício da criatividade, em que o homem tem como possibilidade o constante questionamento e

transcendência do existente, a superação do real, do mundo e da situação rumo ao irreal, do presente rumo ao ausente. É negação de ser, sendo um deslizar-se para fora de si, rumo ao mundo e às coisas do mundo, é pura espontaneidade, liberdade de ser. É via de acesso ao mundo, consciência de ponta a ponta, sendo, também, liberdade de ponta a ponta. O homem não é primeiro para ser livre depois, só há uma maneira de ser homem-no-mundo: sendo livre (ALMEIDA, 2019, p. 94-95).

Se a principal característica da democracia é a igualdade na criação e manutenção dos direitos do homem, só se é homem e só se tem democracia por meio da liberdade, da possibilidade de pensar, de criar e participar conscientemente e ativamente no mundo e na transformação da realidade. Pensando a educação, como direito, logo, impartilhável, mas participável, pois atua na e para a formação humana de cidadão livres, críticos, conscientes e participantes na elaboração histórica e cultural,

educar, formar, é trabalhar no sentido da iniciação crítica ao universo da cultura, da humanização do homem, enfim, para que o educando se reconheça e se afirme como humano na relação com o outro, agindo como ser humano. Mais do que com as coisas,

cidade), de sorte que, numa democracia, a liberdade é o valor que definirá a igualdade social [...] (CHAUÍ, 2014 p. 158-159).

⁵ A consciência, ou o Para-si não cria o mundo mas o constata, faz, percebe, imagina, interroga, põe questões. A consciência só é, quando lançada ao mundo, e constitui a realidade humana, que é movimento constante do ser Em-si e do ser-para-si. Nunca estaremos plenamente no ser, nem no nada, mas buscaremos afirmá-los o tempo todo, no exercício de interrogação. O Para-si se dá no exercício de negatividade projeto, o que significa retomada e transformação do sujeito. [...] A natureza do Para-si, da consciência, é ser relação com o Em-si ao objeto, sem o qual ela não existiria. Entre o Em-si e o Para-si se estabelece uma relação necessária, um movimento que se faz constantemente, mas nunca se realiza completamente. O Para-si realiza esse movimento, por meio da negação do Em-si. Assim a realidade humana se constitui como relação de negatividade do Para-si e positividade do Em-si, na unidade indissolúvel Ser e Nada (ALMEIDA, 2019, p. 53-54).



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

os objetos, as competências, o saber fazer, o pseudomercado, a produção, o consumo, o sucesso, o êxito dos indivíduos e dos grupos, a educação deve se preocupar com tudo o que se refere à existência humana, coletiva e pessoal, e, portanto, para ela se voltar. E, então, ela não será vista como privilégio, necessidade, gasto, consumo, enfim, como algo que se refere a *interesses*, ao que é ou que às vezes se imagina que deveria ser exclusivo de alguns indivíduos, classes sociais e nações, mas como *direito*, inerente ao sentido mesmo da existência humana e, portanto, de todos, da sociedade, da humanidade, e não privilégio ou propriedade de alguns (COÊLHO, 2009, p.189-190).

Pode-se, então, depreender a indissociabilidade entre a educação e a escola à questão democrática, que precisa ser um direito garantido e consolidado, que atue no sentido amplo da palavra. A formação humana, por meio da educação e da cultura, é um direito que os sujeitos possuem de se constituírem como cidadãos. No entanto, “a escola do passado e a do presente proporcionam, quando muito, apenas frágeis esboços do que deveria ser a educação democrática” (LAVAL, 2021, p. 23) o que tem se instituído é uma escola-empresa, preocupada com a formação pragmatista e racionalista, em que o que importa é a quantidade de crianças matriculadas imersas em uma enorme gama de conteúdos fragmentados que são oferecidos de forma acrítica e descontextualizada. Ao invés de uma formação que possibilite “o sentimento íntimo de sua dignidade pessoal e de sua capacidade de agir em comum” (*Idem*, p. 24) oferecem uma educação segundo seus interesses, que permitam ao povo um conhecimento básico e os habilite a executar tarefas, a serem comandados, que aprendam a não questionarem. Essa tarefa compete aos herdeiros do poder, que possuem privilégios e acesso a uma educação que os habilitem e os certifiquem como competentes para ocuparem os postos de comando.

Cunha (1978, p. 52) explicita e questiona essa concepção de educação que pretende atuar no desenvolvimento econômico do país, com a função de construir uma “sociedade aberta”, sem barreiras que impeçam os indivíduos de alcançarem seus potenciais, o que explica a oferta de matrículas e modelos diferenciados de ensino, como o ensino profissionalizante em alternativa ao curso superior. Caso não seja aprovado nos concorridos processos de vestibular, devido às poucas ofertas de vagas nas instituições públicas, tem-se como alternativa realizar um curso profissionalizante, rápido, preparando-se para as vagas do mercado de trabalho, sempre em grande número e a espera apenas de pessoas preparadas e competentes para desempenhar as funções esperadas ao cargo, e, portanto, o fracasso é atribuído ao indivíduo, a quem resta o subemprego e as condições degradantes e desumanas inerentes a essa condição de



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



existência. Essa é uma ideia que leva à redução da formação ao “desenvolvimento de *competências*, cuja finalidade é a profissionalização do aluno” (GUIMARÃES, 2020, p. 161), e à redução de educação ao sucesso, ao treinamento, instrução e desenvolvimento de aptidões. É grave essa concepção, uma vez que a existência humana passa a ser compreendida e inter-relacionada a capacidade individual de adequar-se às exigências do mercado. Somente se considera cidadão de direitos, aquele que ganhou o selo de qualidade”, está certificado e aprovado pelas instituições, pelo Estado, desconsiderando-se sua condição de ser humano social-histórico-cultural.

Guimarães (2012) argumenta que a escola moderna, da mesma forma que outras instituições como as prisões, os hospitais e os quartéis, nasce para atender necessidades imediatas do dia-a-dia, de forma a atuar como mecanismo de controle da vida e da sociedade por meio da ciência e da técnica⁶. Assim, voltamos à questão já mencionada anteriormente, em que Chauí (2014) afirma que nossa sociedade é pautada pela noção da competência⁷, da

⁶ FERNANDES (2020, p. 94) afirma que “hoje a educação está voltada fundamentalmente, para a ciência e para a técnica. Ambas perfazem uma unidade. São dois olhos com os quais o homem contemporâneo vê, descobre, o real. *Ciência e técnica*, como um *fenômeno unitário*, que perfaz a tecnociência. [...] A formação intelectual do homem moderno se atém e se restringe, pois, aos derivados e sucedâneos de ambas no mundo moderno. Deixa de fora outras possibilidades – as demais virtudes dianoéticas, a saber, a *phrónesis*, quer dizer, a prudência, o discernimento, a sabedoria prática, ético-política; a *sophía*, o saber no sentido da compreensão temática e explícita do ser do ente e dos seus princípios; e o *noûs*, isto é, o pensamento como pura, silenciosa e simples apreensão do ser.

⁷ A burocratização e a organização do saber, na perspectiva empresarial que acomete a educação escolar pode ser constatada no termo “Competência” utilizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Embora tente-se justificar e validar o uso desse termo como “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018 p. 10) buscando uma validação de seu uso como tentativa de igualdade e equidade no âmbito educacional, o que se tem na verdade, é uma forte influência mercadológica e empresarial legalizada em um documento normativo da educação, uma tentativa de padronizar o saber. Conforme Guimarães (2020, p. 171) a questão central é operacional, ou seja, como resolver demandas do cotidiano escolar, do mundo do trabalho e encontrar as *boas formas* para o exercício da cidadania, o que está em sintonia com o *espírito* do homem moderno”. Trata-se de um projeto de formação que privilegia o *saber fazer* em detrimento do ser, que pretende atender demandas do mercado de trabalho. Silva (2008, p.26) afirma que “o currículo é um dos elementos da cultura escolar que mais tem incorporado a racionalidade dominante na sociedade [...] pois tem-se mostrado impregnado da lógica posta pela competição e pela adaptação da formação às razões do mercado”. A autora afirma, ainda, que houve um deslocamento da ideia de qualificação (circunscrita ao posto de trabalho) para a noção de competência, e que isso transfere para o indivíduo “e não mais ao posto de trabalho” os “requisitos do exercício do trabalho, logo se ele não é competente reside nele próprio a incapacidade de se manter empregável” (*Idem*, p. 79).



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



certificação, feita por diferentes instituições, àqueles autorizados ao direito da fala competente, pois estão treinados e aptos para isso.

Esse movimento, que inicia-se no campo empresarial da sociedade e segue a sua “lógica pragmática e instrumental” (COÊLHO, 2012, p. 62), concebe a escola e o saber como instituído, em que saber-fazer é sua principal finalidade, devendo ser a informação resumida e eficiente para atender as rápidas demandas econômicas. Portanto, não há tempo para o pensamento e criação de ideias, mas apenas para o treinamento de habilidades e competências, dispensando-se o saber filosófico, as humanidades e valorizando-se apenas o saber prático, o conteúdo que habilita, prepara para a resolução de problemas da “vida cotidiana” e do “mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 10). A participação, a liberdade de expressão, de ter suas ideias debatidas, deixa de ser um direito e passa a ser, também, um privilégio.

Posto tais argumentos, pode-se pensar a educação como emancipadora, sem rótulo de solucionadora e libertadora do ser humano, mas como modo de existir, como direito, um caminho que “conduz alguém na aventura da viagem da autoconstituição de sua identidade” (FERNANDES, 2020, p.129), e não como coisa a ser vendida e consumida por aqueles que dispõem de recursos. Democratizar a educação, o saber, a escola, não é ofertar vagas e currículos com conteúdo pré-determinados e pensados por especialistas, também não se trata de teorizar em forma de lei a igualdade, mas de forma contrária, é conduzir, “deixar o outro ser outro; é deixar que ele venha a ser o que ele é (realizar seu poder-ser, o projeto de sua existência, a autoconstituição de sua identidade)” (*Idem*, p. 129), possibilitando aquilo que humaniza. Isso diverge da formação como padronização do ser e do pensar, conformadora, que pela fragmentação e treinamento das mentes, inviabiliza a compreensão e apreensão do homem em sua relação com a verdade, com a historicidade e com o sentido e significado das coisas.

Coêlho (2009, p. 186) lembra que, no mundo, tudo e todos podem ser reduzidos à mercadoria, existindo aqueles que produzem e vendem e aqueles que consomem, criando um ciclo em que todos estão envolvidos e são responsáveis pela “produção da ascensão da insignificância”. Em meio a toda essa produção da cultura de massa, que valoriza o som e a imagem, da banalização do pensamento e da vida, a escola precisa ser instituição da valorização da escrita e da leitura de livros, que permita a criação, a crítica, o saber desinteressado e que possibilite a formação digna.



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



Iniciar os humanos na leitura, na escrita, no estudo e no pensamento, à luz da autonomia, da liberdade, da igualdade e da ética, certamente contribuirá para que, sem negar sua corporeidade, eles possam transcender os descomedimentos, os particularismos, o individualismo, os horizontes limitados e, à luz da razão, buscar a excelência moral, o bem comum (COÊLHO, 2016, p.100).

Por essa razão, a educação e a escola necessitam, transformar-se profundamente a fim de fazer e ser para além do instituído, permitindo a prática da cidadania, o pensar e o agir de modos diferentes, buscando o sentido, a gênese do conhecimento, a formação do ser humano que não consome informações e modos de ser e existir de maneira indiscriminada e acrítica, mas que de forma autônoma reflete, cria conceitos e caminhos diferentes para a sociedade, que pensa e age coletivamente, que participa politicamente construindo a história e a cultura de seu tempo.

No contexto em que a razão instrumental encontra seu lugar e o pensamento *parece* cada vez menos necessário, certamente vale a pena trabalhar para instaurá-lo no mundo dos homens; defender o direito de todos serem iniciados e se iniciarem no universo da imaginação, da sensibilidade, do pensamento, da educação, da escola e da formação; realidades essas que não se reduzem a informações, habilidades, saberes-fazer, preocupações com o útil e prático, a aplicação, a produtividade, a eficácia, a eficiência, o sucesso, o dinheiro e o poder (COÊLHO, 2012, p. 78-79).

Educação, escola e democracia, são dimensões interdependentes, pois somente em sociedades cuja democracia seja uma prática, uma forma de existir, pode-se alcançar a dimensão da formação humana, proporcionada pela liberdade do pensar e do aprender, de imaginar e criar outras maneiras de conceber a realidade. Por meio da educação, da conscientização dos seres de sua condição sócio-histórico-culturais, que se concretiza a democracia. Uma não se realiza sem a outra, mas se complementam e possibilitam a humanização do homem. A escola, instituição de iniciação do sujeito ao saber historicamente construído e sistematizado, só tem sentido se tiver como objetivo a formação para autonomia. “Ao contrário, teremos uma escola que instrui, qualifica e profissionaliza; formadora do homem capaz de operar com eficiência a ordem vigente, mas carentes da compreensão de si mesmos e da sociedade”, (GUIMARÃES, 2012, p. 135). A ampliação de vagas realizada sem as condições necessárias para concretização de seus objetivos e princípios, sendo instituída, apenas democratiza o acesso, e fornece, quando muito, as ferramentas de trabalho, mas se mostra



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

incapaz de realizar-se como instituinte, como infinito movimento de questionamento, compreensão e transformação da realidade.

A ideia de se chegar a um saber transparente e completo sem grande esforço, à igualdade e à democracia com a divisão e partilha de bens e poder, aliada à crescente valorização dos aspectos quantitativos e dos resultados, abriu o caminho para reducionismos e predomínio, na sociedade e entre os professores, de ideias e práticas que confundem escolarização com socialização e apropriação do saber sistematizado; com partilha da criação dos homens de cultura e transmissão de verdades das ciências, da tecnologia, das letras, das artes e a filosofia. Ao ser reduzido a coisa, o saber pode ser guardado, repartido e consumido (COELHO, 2012, p. 63).

No entanto, o ensino escolar, sistematizado, fruto da construção cultural e coletiva da humanidade, não é um bem que se partilha, que se consome, mas que se pode participar, por meio da sua compreensão, crítica, imaginação e reelaboração. Por essa razão, a democracia e a educação relacionam-se à democratização do acesso escolar e, como lembra Chauí (2003), não se confunde com a massificação, mas é universalização e qualidade. Que, mediante uma postura crítica ao ensino instrumentalizador e conformador, pois o compreende como direito humano fundamental para formação, se faz no “compromisso com a pessoa, com os seres humanos, visando a afirmação da participação pela defesa permanente da vida justa e digna entre os homens” (ALMEIDA, 2019, p. 142), exigindo engajamento e compreensão do homem como agente político, sujeito da transformação social. A democracia como modo de existência e vivência na educação no contexto brasileiro necessita de constante fortalecimento, haja vista que há em curso a lógica neoliberal que a estrutura, de forma articulada mundialmente, e possui raízes históricas, difíceis de se desfazerem.

Logo, pode afirmar que a democracia brasileira, distante de seu sentido originário, possui enormes dificuldades de consolidação, podendo até mesmo afirmar-se a sua inexistência diante da violência existente nas relações sociopolíticas e econômicas e, conforme o movimento histórico, social e político, oscila entre avanços e retrocessos, em todos os campos da vida em sociedade, como por exemplo da cultura e da educação. A dificuldade na criação de direitos e a manutenção dos privilégios pode ser explicitada a partir da compreensão da secularização da cultura e laicidade do Estado, haja vista que para o desenvolvimento de uma concepção e uma prática democrática, é necessário avançarmos na secularização e laicidade.



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

Cunha (2017) define que a origem etimológica do termo secular vem do latim *seculum* e significa mundo, tempo. O termo laico possui origem grega *laos* significando povo. No entanto, segundo o autor, os termos são inexistentes na língua inglesa, e, que, portanto, o filósofo inglês Taylor, realizou algumas distinções no termo *secularization*, objetivando evitar problemas na interpretação e no sentido do termo. Dessa forma, diferencia três sentidos, sendo que,

o primeiro sentido é justamente a laicidade do Estado; o segundo é a secularização da cultura, [...] “o esvaziamento da religião das esferas sociais autônomas”; o terceiro sentido é o das condições da fé, tanto numa sociedade onde a crença em Deus era inquestionável (Europa antes do século XVI), quanto na sociedade norte-atlântica (Europa, Estados Unidos e Canadá no século XXI), onde a fé passou a ser entendida como uma opção entre outras, e não a mais fácil de ser abraçada (TAYLOR, 2010, p. 15 *apud* CUNHA, 2017, p. 17).

A secularização se refere à cultura, e, a laicidade ao Estado, e ocorre a partir do movimento de racionalidade no interior da sociedade e suas diferentes esferas, de forma que as teorias religiosas, principalmente de origem cristã (protagonista do poder por muitos séculos), deixam de ser a única explicação para os acontecimentos que são de ordem histórica, social, econômica e política. Nas palavras de Cunha (2017, p. 16), por serem as sociedades ocidentais, as mais afetadas pela racionalização, “elas se tornaram mais e mais secularizadas, isto é, as instituições baseadas na transcendência perderam influência social e cultural”. O estado laico, por sua vez, se realiza na medida em que se desliga das influências religiosas, e se organiza a partir de uma

justificativa não religiosa e pós-metafísica dos fundamentos normativos do Estado constitucional democrático. [...] dispensa as fortes presunções de ordem cosmológica ou de história da salvação em que se baseiam as doutrinas clássicas e religiosas do direito natural [...] O ponto de referência dessa estratégia de fundamentação é a constituição que os cidadãos associados se dão a si mesmos, e não a domesticação de um poder de Estado pré-existente. Esse poder só passa a existir na medida em que é produzido pela constituinte. Um poder de Estado “constituído” (e não apenas domesticado) está juridificado até o âmago, de modo que o direito perpassa o poder político de uma maneira completa e total (HAMERMAS, RATZINGER, 2007, p. 27-30).

Desse modo, o Estado laico, se realiza por meio da liberdade de expressão, que incentiva o debate público, bem como a cidadania política de seus integrantes, que concebe os sujeitos como iguais perante os direitos, que, por sua vez, são construídos pela comunidade e para o



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

Bem comum. Cunha (2017), em seus estudos, discorre sobre o processo de secularização da cultura, que, conforme explicado por ele, ocorreu concomitantemente ao de laicização do Estado, mas que nem sempre um país laico é secular, ou o contrário, nem sempre o secular é laico, não havendo relação de interdependência. No entanto, quanto mais secular for a sociedade, menos se prenderá a concepções deterministas e religiosas, ampliando as possibilidades de avanço democrático. Importante esclarecer que tanto a secularização quanto a laicidade não ocorrem de forma linear em relação às conquistas, mas que no movimento histórico passam por períodos de retrocesso.

O início dessa dessacralização⁸ da cultura ocorre quando inicia-se a tentativa de explicação dos fenômenos por meios racionais e recusa-se a visão mítica e metafísica. No entanto, para compreender esse processo e sua relação com a educação, que no Brasil por muito tempo esteve sob domínio religioso da Igreja Católica, demarca-se o século XIX. Período que contou com forte influência dos grupos liberais e econômicos, bem como, com o apoio de grupos religiosos, como os protestantes e os maçons, que lutavam por maior autonomia e espaço político e econômico. Dessa maneira, inicia-se um movimento de “letramento” cultural, por meio da leitura de temas proibidos pela Igreja Católica, realização de diferentes interpretações da bíblia, e ainda de livros e revistas tanto trazidos de outros países da Europa, quanto escritos por brasileiros como Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, entre outros. Esses temas proibidos pela Igreja, foram aos poucos introduzidos nas escolas públicas, uma vez que adentraram nessas instituições, por meio de concursos, docentes de outras ordens religiosas (CUNHA, 2017). Assim, não apenas inseriram teorias seculares nas escolas oficialmente confessionais, mas

animados pela secularização da cultura que na província de São Paulo assumia contornos marcantes, os protestantes abriram escolas de ensino primário e secundário,

⁸ Sagrado ou sacro é definido como: “ objeto religioso em geral, ou seja, tudo o que é objeto de garantia sobrenatural ou que diz respeito a ela. Como essa garantia às vezes pode ser negativa ou proibitiva, o S. tem caráter duplo, de santo e sacrilégio: S. porque prescrito e exaltado pela garantia divina, ou porque proibido ou condenado pela mesma garantia (tf. DURKHKIM. *les formes élémentaires de la vie religien.se*, 1912). Otto chamou estes dois aspectos, respectivamente, de fascinante e tremendo (Das Heilige, 1917). Heidegger, interpretando uma poesia de Hölderlin que identifica a natureza com o S., considerou o S. como raiz do destino dos homens e dos deuses: "O S. decide inicialmente, acerca dos homens e dos deuses, quem serão, como serão e quando serão" (Hrlauteerungen zu Hölderlin. 194.3, pp. 73-74). Heidegger afirma também que "O S. não é S. porque divino, mas o divino é divino porque S." (Ibíd., p. 58) (ABBAGNANO, 2007, p. 866- 867).



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

no que tiveram apoio dos maçons. Uma pedagogia desconhecida e um novo currículo chegaram ao ensino privado, onde até então o Catolicismo presidia a transmissão de uma cultura sacralizada. Os missionários presbiterianos e metodistas atuaram como professores e diretores em escolas que logo adquiriram notoriedade em todo o país. O mesmo fizeram suas esposas, que também atuaram na docência (CUNHA, 2017, p. 279).

Essa expansão no ensino, no entanto, era voltada às classes dominantes, e desse modo, movido pelo interesse desse setor social em aumentar a eficácia econômica, a poupança e o investimento, objetivando o acúmulo de capital, onde até então, se pregava os benefícios da pobreza na busca pela vida eterna. Assim, quando se fala em secularização da cultura, se fala, especificamente, da cultura dominante, pois

as culturas estão articuladas num sistema hierarquizado, com dominantes e dominadas. A dominante é a que corresponde, de modo mais completo, aos interesses objetivos (materiais e simbólicos) dos grupos ou classes dominantes nessa sociedade. As culturas dominadas, justamente pelo fato de serem dominadas, tendem a transmitir o domínio da cultura dominante, razão pela qual elas contribuem para a reprodução dessa sociedade hierarquizada (CUNHA, 2017, p.15).

No Brasil, desde sua origem até os dias atuais, há uma dificuldade na secularização da cultura e laicidade do Estado, pois há a alternância de influências religiosas tanto nos temas seculares, quanto na atuação dos governos. Não há autonomia do Estado e de suas instituições na organização de suas funções, como por exemplo na construção curricular e pedagógica das instituições de ensino, como também, a própria sociedade possui raízes densas que as prendem a doutrinas religiosas de diversas ordens, impedindo uma concepção racional, secular, dos fatos e da vida. Outro fator importante a ser mencionado, e que o autor discute, é a discriminação e marginalização das culturas religiosas de origem africana que não foram consideradas, sendo até mesmo reprovadas, seja na construção democrática liberal, seja nas discussões e movimentos de secularização e laicidade.

A escola e o ensino passam por esse processo de secularização e laicização, mas não de forma democrática, uma vez que mantém os interesses e privilégios de determinados setores sociais e religiosos⁹. Além disso, a secularização tem avançado mais rapidamente devido a

⁹ Mesmo afirmando a igualdade no acesso à educação escolar, observa-se que não há igualdade nas condições de permanência dos estudantes da classe popular, muitos não possuem condições dignas para concluir seus estudos, pois são desprovidos de serviços e direitos básicos como moradia, alimentação, transporte, entre outros.



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

mídia e a globalização cultural, no entanto, a laicidade do Estado se torna mais lenta devido à grande presença de políticos religiosos e simpatizantes que compõe fortes bancadas políticas na elaboração das leis¹⁰.

Por trazer mudanças, a secularização vai despertar não só a adesão, mas muitas reações e receios frente às novidades que alteram o *status quo* e as estruturas, em geral religiosas, que fundamentam o modo de ser e existir das pessoas em diferentes temas, como na construção familiar e nas questões relacionadas a sexo e gêneros. A escola e o ensino, são alvos escolhidos para ataques em sua autonomia, sob acusação de doutrinação por meio de concepções que estariam influenciando ou induzindo essas mudanças. Um dos movimentos reacionários mais expressivos no campo da educação é o Movimento Escola sem Partido¹¹ (MESP), que fere a

Inúmeros fatores interferem e dificultam sua aprendizagem. Alia-se a isso o gargalo cultural a que são submetidos, pois exigem-se conhecimentos culturais que não são oferecidos e com os quais não conviveu, seu saber, sua linguagem, seus modos de vestir e sua origem são desconsideradas, desvalorizadas, marginalizadas e muitas vezes até incriminadas (como por exemplo o Funk, Rap). O ensino religioso, de forma disfarçada, acaba sendo ferramenta utilizada para ensinar valores cristãos frente ao que se consideram desvios de condutas dos estudantes (o exemplo mais recente, foi o de uma professora no interior do Estado de Goiás, afirmando sua teoria religiosa de que toda relação que não seja heterossexual é impura e pecaminosa, condenando a homossexualidade). A própria organização das escolas, com calendários e comemorações de festas com origem religiosa (como a festa junina e o natal) carregadas de simbologias, a comemoração do dia das mães com músicas, muitas vezes, católicas e protestantes usadas para o treinamento de apresentações à família padrão. Todas essas festividades expressam, em sua maioria por meio de murais e músicas, suas simbologias e princípios, e confirmam a dificuldade de se estabelecer a laicidade e a democracia nessa instituição.

¹⁰ Cunha (2016) traz um estudo detalhado da atuação política e religiosa com seus projetos reacionários nas seguintes temáticas: privilégio eclesiástico; família, aborto, LGBTQT; e escola sem partido. Para essa nota, enfatiza-se o seu relato sobre a criação de leis no âmbito da formação familiar. “A aliança cristã se constituiu num poderoso bloco político na contenção de mudanças que se processam na cultura, no sentido da secularização. A defesa do padrão idealizado de família tenta ganhar na mudança da legislação a luta que está perdendo na vida prática, as novelas de TV, na publicidade e nas mídias sociais. O PL 6.583, apresentado em 16/10/2013, pelo deputado Anderson Ferreira (PR-PE), sem justificativa, define a entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre o homem e uma mulher, por meio do casamento ou da união estável, admitindo que ela seja formada por qualquer dos pais e seus descendentes, ou seja, a família uniparental. Portanto, nenhuma hipótese de família constituída a partir de união homoafetiva. O Estatuto da Família, como o projeto veio a ser conhecido, prevê, ainda, que os currículos do Ensino Fundamental e Médio ministrem a disciplina “Educação para a Família”. As escolas deveriam implantar medidas de valorização da família, com divulgação anual de relatório a respeito da relação dos estudantes com suas famílias – serviço social ou investigação policial? Os conselhos e demais instâncias deliberativas da “gestão democrática das escolas” deverão garantir participação efetiva de representante dos “interesses da família” (CUNHA, 2016, p. 31-32).

¹¹ O Movimento Escola Sem Partido, foi criado em forma de associação em 2004 pelo advogado e procurador da justiça do Estado de São Paulo Miguel Nagib - presidente, e seu vice-presidente Bráulio Porto de Matos que é professor do Instituto de Educação da Universidade de Brasília. As ideias do movimento ganharam maior alcance e apoio quando, em 2014, o deputado estadual do Rio de Janeiro Flavio Bolsonaro (PSC-RJ) solicitou a Miguel Nagib que escrevesse um projeto de lei, que foi apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro sob número 2974/2104 (Rio de Janeiro, 2014) e intitulado Programa Escola sem Partido. No mesmo ano, um projeto de mesmo teor foi apresentado à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro pelo vereador Carlos Bolsonaro



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



concepção democrática de liberdade, justiça e igualdade, objetivando transformar os professores em técnicos transmissores de conteúdos curriculares escolhidos por especialistas, de forma unidirecional.

É importante analisar com cuidado o MESP, pois foi originado a partir do empenho da ala política de direita conservadora, em sua maioria composta por líderes religiosos da Igreja Católica e Protestante. O principal fundamento desse movimento vem de suas doutrinas religiosas, de modo que estimulam o ódio e a violência dentro e fora da escola por disseminarem falsas teorias e informações, acusando os professores de doutrinadores, que movidos pelas ideias marxistas e freirianas, consideradas comunistas, portanto, demoníacas, promoveriam o apoio ao que chamam de doutrinação e apologia à “ideologia de gênero”. Pensar diferente dos princípios neoliberais e religiosos, conceber uma maneira diferente e não binária de existência e constituição do ser, construir ou ser a favor de uma família diferente da convencional - semelhante a família divina, seria uma nova forma de heresia, que deve ser combatida.

Observa-se que, de modo retrógrado, a religião e sua doutrina passam a ser utilizadas novamente para aterrorizar as pessoas e justificar ou dissimular a nova forma de fascismo. Pregam um único pensamento, o dominante, desarticulam os cidadãos e os transformam em

(PSC-RJ). Em 2015, o deputado Izalci Lucas (PSDB) apresentou à Câmara dos Deputados o PL 867/2015 e, em 2016, o senador Magno Malta (PR-ES) apresentou ao Senado Federal o PL 193/2016 (RIBEIRO, 2021, p. 185) O Movimento Escola Sem Partido, em particular, adota a estratégia dupla de tentativa de criminalização dos conteúdos didáticos considerados indesejáveis, por um lado, e de importunação, perseguição e intimidação a profissionais que se rebelam contra suas diretrizes, por outro. No primeiro eixo, constam-se as tentativas de aprovação de legislação restritiva, no âmbito dos municípios, dos estados e também da União, limitando a liberdade de cátedra, proibindo a discussão sobre gênero nas escolas ou dando aos pais ou responsáveis direito de veto sobre os conteúdos tratados em sala de aula. [...] Ainda no eixo da criminalização estão a campanha para a retirada das discussões sobre gênero dos planos de educação e as tentativas de censura a livros e apostilas por parte de secretários de Educação interessados em angariar a simpatia do movimento. O eixo de assédio contra profissionais de educação inclui a pressão sobre direções de colégios e a exposição pública. Além de estimular denúncias contra docentes pretensamente “doutrinadores” ou a adoção de livros considerados “esquerdistas” [...] a página do Escola sem Partido na internet disponibiliza modelões de notificação extrajudicial a serem utilizadas por pais ou responsáveis contra os professores e as escolas [...] (MIGUEL; OLIVEIRA, 2021, p.54-55).



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

competidores e inimigos a serem eliminados. Sim! As minorias¹² - LGBT¹³, indígenas, mulheres, pobres, etc - não só são inferiorizados, ridicularizados, patologizados, demonizados, como também devem ser eliminados da sociedade, lugar de homens fortes, heterossexuais capazes de competir e promover riquezas. Retrocede-se aos tempos em que o Estado tinha por conselheiros a Igreja, e, novamente justificam a exclusão, a discriminação e o preconceito por meio de suas doutrinas, desconsiderando e retirando direitos construídos historicamente com muita luta social.

As disputas de poder no âmbito dos direitos sociais, podem ser compreendidas como bolhas ou grupos, diferentes setores sociais, que conforme Cunha (2017) constituem campos¹⁴ com seus valores e costumes, de modo que há a constante disputa sobre sua acumulação e reprodução. Assim a autonomia pretendida por cada campo possui diferentes graus, e deve ser entendida de forma relativa, nunca absoluta. O campo educacional brasileiro, segundo o autor, por sofrer interferências de diferentes campos, como o político, o religioso e o econômico possui apenas a autonomia pretendida, mas não se efetiva, ou efetiva-se parcialmente.

A escola, campo privilegiado para a prática democrática, perde seu sentido de ser, pois, ao sofrer influências, atua na formação interessada, seja religiosa, política ou econômica, formando para atuação no mercado ou ainda fomentando práticas discriminatórias em relação

¹² “A palavra minoria não é usada em sentido quantitativo, mas qualitativo. Quando o pensamento político liberal definiu os que teriam direito à cidadania, usou como critério a ideia de maioria racional: seriam cidadãos aqueles que houvessem alcançado o pleno uso da razão. Alcançaram o pleno uso da razão ou a maioria racional os que são independentes, isto é, não dependem de outros para viver. São independentes os proprietários privados dos meios de produção e os profissionais liberais. São dependentes e, portanto, em estado de minoria racional: as mulheres, as crianças, os adolescentes, os trabalhadores e os “selvagens primitivos” (africanos e índios). Formam a minoria. Como há outros grupos cujos direitos não são reconhecidos (por exemplo, os homossexuais), fala-se em “minorias”. A “maioria” liberal refere-se, pois ao homem adulto branco proprietário ou profissional liberal (CHAUÍ, 2000, p. 567).

¹³ Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Eventualmente algumas pessoas utilizam a sigla GLBT, ou mesmo LGBTTT, incluindo as pessoas transgênero/queer (Termo ainda não consensual com o qual se denomina a pessoa que não se enquadra em nenhuma identidade ou expressão de gênero.) No Chile é comum se utilizar TLGB, em Portugal também se tem utilizado a sigla LGBTTTQI, incluindo pessoas queer e intersexuais. Nos Estados Unidos se encontram referências a LGBTTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuais) (JESUS, 2012, p. 25 -30).

¹⁴ Cunha (2017) apresenta o conceito de campo a partir de Bourdieu, e “para o sociólogo francês, campos são mercados dotados de formas próprias de capital, cada um a seu modo – econômico, político, religioso, artístico e outros (como as esferas de Weber). Em cada campo, agentes dotados de diferentes valores do capital que lhes é próprio disputam sua acumulação e o monopólio de sua reprodução. Cada campo tem pretensão à autonomia, embora uns a obtenham mais do que outros, segundo o grau de diferenciação das normas que os regem” (CUNHA, 2017, p. 16).



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



a etnia, gênero, escolhas religiosas, costumes culturais, entre outros. A escola, atua democraticamente e na/para a formação humana, quando

o trabalho de criação e realização da autonomia, da liberdade, da igualdade, da justiça e da democracia supõe, sem esquecermos o passado, compreendê-lo a partir do presente e, sobretudo, tendo em vista a dimensão do futuro, do que está por vir, da alegria da nova realidade que se anuncia e se faz possível. Mas a autonomia não se refere apenas ao que viria de um indivíduo, sujeito, instituição, sociedade ou nação, mas sobretudo ao que se faz no sentido de inventar e realizar um modo de ser, de existir, ao mesmo tempo social, pessoal, institucional, nacional e universal, realmente autônomo. Supõe ainda a luta incansável e persistente contra toda e qualquer manifestação e sinal de enfraquecimento da crítica, de renúncia ao questionamento das ideias, das instituições e da prática, de banalização da existência (COÊLHO, 2009, p. 189).

Posto dessa forma, e considerando o atual contexto brasileiro, pode-se reafirmar a necessidade e importância de uma escola que propicie a prática democrática, solidária, que permita o livre pensar e a criação de outras formas de existir e se relacionar, que pense no bem da *pólis* e da vida social. Que propicie a leitura crítica e a compreensão do passado e do presente a fim de possibilitar a construção coletiva da história futura, instituição de excelência de contra-ideologia¹⁵, atuando para a democracia e a justiça, contra o silenciamento e exploração de pessoas, grupos e culturas, que reforça a divisão de classes, os privilégios, o conformismo, o preconceito e as injustiças. A escola precisa se autonomizar diante de grupos, religiosos e não religiosos, políticos e sociais que atuam reacionariamente, visando frear as transformações históricas e culturais, impondo uma moral e um costume, a partir de seus próprios interesses, encobrendo e fragmentando a realidade, levando a retrocessos nas conquistas históricas dos direitos humanos e impossibilitando a consolidação democrática como modo de ser e existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conceitualização do termo democracia, por meio da ampliação do seu sentido,

¹⁵ A ideologia é um “ideário histórico, social e político que oculta a realidade”, portanto, ao produzir lacunas históricas em relação a realidade e a historicidade, leva a manutenção da exploração econômica, bem como da divisão de classes e “dominação política”. Dessa forma, possui como principal fundamento a inculcação de ideias consideradas verdades absolutas, naturais e imutáveis, desvinculadas ou desarticuladas da realidade histórica e social e fundamentadas em concepções religiosas, políticas e de classes detentoras do poder, sendo que é justamente a articulação e conhecimento dessa realidade que permite a compreensão da totalidade e, assim, da origem e causa das condições de existência (CHAUI, 2008, p. 7-13).



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

permite-nos perceber que, embora possua vários significados, tem sido mais associada à regimes políticos e partidários. A concepção de democracia como modo de ser e existir, ao ser compreendida de forma ampliada, pode ser relacionada a escola, pois é possibilitadora da liberdade, da criação e da imaginação. É um direito fundamental na formação humana e na construção coletiva, voltada ao universal e não aos interesses e privilégios de uma parcela da sociedade.

Pensar a educação e a escola, a partir desse entendimento de democracia, questionando-a e confrontando-a, desvelando a escola neoliberal, que se apresenta como democratizadora e equalizadora social, mas na realidade tem se transformado em organização voltada para a venda e prestação de serviços educacionais, esvaziando seu sentido e, muitas vezes, negando sua possibilidade formativa. O estudo da secularização e da laicidade no processo de consolidação democrática no Brasil, evidenciam os movimentos reacionários, bem como as disputas de diferentes setores da sociedade, que articulam meios de barrarem seus avanços, sendo a escola alvo principal dos ataques dessas ideologias conservadoras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Liliane Barros de. *A gênese do ensino superior e o sentido da formação*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Goiânia, 2013.

ALMEIDA, Liliane Barros de. *Jean-Paul Sartre [manuscrito]: a imaginação como modo de existir e de educar*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Goiânia, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>, Brasil, 2018. Acesso em: 18/11/2022.

BRINKMANN, Svend. Porque este professor quer que você demita o seu *coaching*. [Entrevista concedida a] Cláudia Gasparini. *Revista Exame*. São Paulo, maio de 2017. Disponível em: <https://exame.com/carreira/por-que-este-professor-quer-que-voce-demita-o-seu-coach/>. Acesso em: 07/10/2022.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. Vol.1. ed. 2ª. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

CHAUÍ, Marilena. *A universidade pública sob nova perspectiva*. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez. Nº.24. 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural*. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Reflexões sobre cultura e democracia. In: *O pensar filosófico, a cultura e a formação humana: homenagem a Ildeu Moreira Coêlho*. GALLO, Sílvio [et al.] (org.) Campinas: Mercado das letras, 2020. p. 35-62.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e a educação como direito. In: *A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio*. LIMA, Idalice Ribeiro Silva; OLIVEIRA, Régia Cristina (orgs). Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 29-43.

COÊLHO, Ildeu Moreira. *Educação, cultura e formação*. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2009.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Escritos sobre o sentido da escola: uma introdução In: *Escritos sobre o sentido da escola*. Coêlho, Ildeu Moreira (org.). Campinas: Mercado das Letras, 2012. p.15-32.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Qual o sentido da escola? In: *Escritos sobre o sentido da escola*. Coêlho, Ildeu Moreira (org.). Campinas: Mercado das Letras, 2012. p.59-107.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Universidade e ensino: treino ou formação? In: *Universidade, cultura, saber e formação*. Rita Márcia Magalhães Furtado (org.). Campinas: Mercado das Letras, 2016. p.87-108.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília: FLACSO do Brasil, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. *O projeto reacionário de educação*. Edição do Autor, 2016. Disponível em:> [Luiz Antônio Cunha - Perfil \(luizantoniocunha.pro.br\)](http://luizantoniocunha.pro.br)<. Acesso em: 25/07/2022.

CUNHA, Luiz Antônio. *A educação brasileira na primeira onda laica: do império a república*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017. p.13-24; 279-297. Disponível em:> [Luiz Antônio Cunha - Perfil \(luizantoniocunha.pro.br\)](http://luizantoniocunha.pro.br)<. Acesso em: 28/07/2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



FERNANDES, Marco Aurélio. *Paideia* filosófica, formação intelectual e verdade: em questão a educação contemporânea realizada na ótica da ciência e da técnica. In: *O pensar filosófico, a cultura e a formação humana: homenagem a Ildeu Moreira Coêlho*. GALLO, Sílvio [et al.] (org.) Campinas: Mercado das letras, 2020. p. 93-144.

GUIMARÃES, Ged. A escola como projeto de emancipação do homem. In: COÊLHO, Ildeu Moreira (org.). *Escritos sobre o sentido da escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 127-137.

GUIMARÃES, Ged. O sentido da formação e as exigências da sociedade da mercadoria. In: *O pensar filosófico, a cultura e a formação humana: homenagem a Ildeu Moreira Coêlho*. GALLO, Sílvio [et al.] (org.) Campinas: Mercado das letras, 2020. p. 161-178.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012. Disponível em: ><https://www.sertao.ufg.br/p/32454-biblioteca><, acesso em: 02/09/2022.

LAVAL, Christian. A escola democrática e seus inimigos. In: *A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio*. LIMA, Idalice Ribeiro Silva; OLIVEIRA, Régia Cristina (orgs). Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 23-28.

MIGUEL, Luis Felipe; OLIVEIRA, Michel. O Escola Sem Partido e a emergência da direita que ousa dizer o nome. In: *A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio*. LIMA, Idalice Ribeiro Silva; OLIVEIRA, Régia Cristina (orgs). Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 45-65.

RIBEIRO, Larissa Brito. A neutralidade incompreendida pelo Movimento Escola Sem Partido. In: *A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio*. LIMA, Idalice Ribeiro Silva; OLIVEIRA, Régia Cristina (orgs). Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 185-205.

SANTOS, Mauro Ribeiro dos. **Coaching: Uma breve análise histórica, conceitual e prática do método**. Revista *Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 07, Vol. 04, pp. 171-195. Julho de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em : <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/coaching>, Acesso em: 07/10/2022.

SILVA, Mônica Ribeiro da Silva. *Currículo e competências: A formação administrada*. São Paulo: Cortez, 2008.

ULHÔA, Joel Pimentel de. *Reflexões sobre leitura em filosofia*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.